

ESPAÇO, TRABALHO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE - GEPETIS
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DA QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA: do império à primeira república

Caio Cezar Fernandes da Silva¹
Ellitamara Alves de Oliveira Melo²
William Eufrásio Nunes Pereira³
Luziene Dantas de Macedo⁴

RESUMO

O presente trabalho apresenta notas sucintas sobre a questão regional brasileira, revelando sua dinâmica desde o fim do Brasil colônia, ao fim da primeira república. Os principais enunciados históricos dão conta da transição entre o ciclo do ouro e o ciclo do café, aos quais montaram no império os elementos fundamentais das relações capitalistas que se estabeleceram na primeira república. O ciclo do café proporcionou a ascensão de uma nova elite, além da acumulação primitiva necessária a montar o primeiro ciclo de industrialização a partir de 1930. Para a questão regional essa dinâmica representa o despontar de forças concentradoras no Centro-Sul, que se perpetuaram definindo o caráter da questão regional brasileira.

Palavras-chave: Questão Regional. Império. Primeira República.

1 INTRODUÇÃO

As latentes desigualdades regionais no Brasil possuem profundas raízes históricas que nos remetem ao processo de colonização, passando por nossa formação social, por nossas “revoluções políticas” e econômicas no processo de consolidação do território como periferia subdesenvolvida no capitalismo global.

-
- 1 Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, bolsista de iniciação do GEPETIS/PIBIC - UFRN.
 - 2 Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, bolsista de iniciação do GEPETIS/PIBIC - UFRN.
 - 3 Professor associado do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia. Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade - GEPETIS.
 - 4 Professora Chefe do Departamento de Economia da UFRN. Doutora em Economia pela UNICAMP. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade - GEPETIS.

Estudar as origens dessas desigualdades é, portanto, uma tarefa que requer um elevado grau de esforço teórico. No presente trabalho, os autores se limitam a apresentar ao leitor notas historiográficas que remetem a esses processos sociais, políticos e econômicos essenciais para compreender a complexidade envolta na questão regional brasileira, mesmo antes da consolidação do Estado nacional. Dessa forma, objetivando uma melhor elucidação do leitor quanto a evolução da questão regional, o artigo está dividido em dois grandes eixos.

O primeiro eixo do presente trabalho trata da transição política para o império e, na economia, a passagem do ciclo do ouro para a os primórdios da economia cafeeira, consolidando o Centro-Sul como concentrador das atividades econômicas e políticas do país. Além disso, revela as condições sobre as quais se deu a libertação dos escravos, elemento que constitui a passagem para a moderna relação de exploração do trabalho pelo capital, que se consolida com a república. O segundo eixo trata da consolidação da primeira república, com a predominância política e econômica do complexo cafeeiro no Centro-Sul. Onde, instaurando a base das relações capitalistas modernas e a urbanização, predominantemente em São Paulo, promoveram a acumulação primitiva que desencadearia um processo de industrialização nos anos 1930. Para a questão regional o período representou, através da articulação comercial e formação do mercado interno, a reafirmação de uma periferia guiada pela dinâmica econômica de São Paulo.

2 AS DESIGUALDADES REGIONAIS NO IMPÉRIO (1822 A 1889. SEC XIX)

Para compreendermos a origem das desigualdades regionais existentes no período imperial faz-se necessário entender como se formou o dinamismo das economias localizadas em território brasileiro. Para tanto, retomar-se-á o período histórico do fim da época colonial, quando as intemperes geradas em torno da economia mundial impactavam e direcionavam as economias locais.

Revendo os últimos anos do século XVIII examina-se que as exportações brasileiras apresentaram um período de crise constatado a partir da redução das vendas do seu, até então, principal produto de exportação, o açúcar. Com isso, a

economia brasileira, que se articulava em torno do açúcar e do ouro, começa a enfrentar momentos conturbados.

Com a guerra de independência da América do Norte, houve o favorecimento da região maranhense, o mesmo não poderia ser dito dos demais polos econômicos brasileiros. Na região do ouro, a depressão é profunda. Já na região açucareira há um breve fortalecimento, haja vista a ocorrência de uma onda de prosperidade do ciclo açucareiro brasileiro resultante do colapso do Haiti, de modo que o Nordeste passa a se especializar nesse ramo. No entanto, como observa Furtado (1959), "essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial" (1959, p. 93). Passada essa prosperidade, a dificuldade seria enfrentada nos primeiros anos como nação independente.

Isso se deve a imposição do exclusivo metropolitano que passa a reger a direção das economias brasileiras, bem como a ascensão da classe dos senhores agropecuários ao poder político da recém-nação, na qual engendra conflitos entre as vontades dessa classe com as premências da nação neonata. Dessa forma, os choques entre a burguesia agropecuária e a taxaço metropolitana dá origem ao grande debate interno acerca da diminuição dos lucros, pois os mesmos não desejavam ver a diminuição dos seus rendimentos em favor da metrópole.

Enfrentando dificuldades financeiras, o governo brasileiro ver-se diante de um quadro de difícil solução. Os preços do açúcar e do algodão caem afetando as regiões do Nordeste, a decadência do ouro afeta a região do Sul e a pecuária, assim como as guerras civis do Sul e as rebeliões armadas do Norte acentuam o contexto de caos que o país passa a enfrentar naquele momento.

É nesse período conturbado que nasce a economia cafeeira, vindo a ser considerada a salvaguarda brasileira nos anos de 1830. Antes já produzido para consumo interno, o café toma grandes proporções e logo assume as primeiras posições no *ranking* dos principais produtos de exportação do país, pelas boas condições geoclimáticas necessárias ao seu cultivo.

Além das terras, o café faz uso, inicialmente, de mão de obra escrava, bem como de excedente de trabalhadores propiciado pela crise mineira, o que gerava

baixos custos. No entanto, os interesses econômicos ingleses levaram ao fim do tráfico negreiro para o Brasil, que, ocasionando um déficit na oferta de mão de obra, foi parcialmente resolvido por meio do tráfico de mão de obra vinda do Maranhão e demais estados do Nordeste, resultantes da decadência das economias algodoeiras e açucareiras.

Com o sucesso nas exportações do café, a demanda por mão de obra crescia e a luta para solucionar o problema na oferta dá origem a um fenômeno de grandes proporções, qual seja a contratação de imigrantes europeus voluntários para trabalharem nas plantações. No entanto, essa onda de imigração foi amenizada pela visão alemã da posição considerada "inferior" na qual se encontrava os que para cá teriam vindo e também pela influência, já forte, dos cafeeiros no governo que temiam futuras ascensões da economia do café, logo, podendo retomar, assim, o problema inicial da escassez da oferta de mão de obra para o referido setor.

Mas, a libertação da mão de obra anteriormente escrava revelou para a região cafeeira uma mudança na utilização dos fatores, mudança essa que já se fazia presente e, portanto, seria de vital importância para o início do assalariamento, bem como, para uma melhor distribuição de renda, a comparar com o período anterior. O fato de conseguir atrair mão de obra recém-libertada da escravidão estava diretamente relacionado a predisposição dos cafeeiros em aceitar pagar melhores salários aos trabalhadores que se dispusessem a trabalhar em suas terras. O mesmo não acontecia na região açucareira, pois os salários propostos eram mínimos, não garantindo, assim, a dignidade humana, o que tornava mais atrativo a interiorização do sertão e a manutenção de uma economia de subsistência.

Com o crescimento da economia de subsistência, a mão de obra ainda se apresenta como principal dificuldade para a economia brasileira. A esse respeito Celso Furtado (1959) observou que a rudimentar capacidade mental da mão de obra submetida ao sistema escravocrata, ao ver o trabalho como sendo uma maldição, desencadeava uma preferência pelo ócio. Certamente, isso acabou permitindo um afrouxamento das regras trabalhistas na região cafeeira.

Mas o fato é que o Brasil passa a ter nas exportações o seu centro dinâmico, tornando, assim, suscetível sua economia às intemperes externas. Além do mais, a divisão internacional do trabalho acabou agravando os conflitos regionais internos.

Com isso, as relações inter-regionais definiriam o desenvolvimento das regiões brasileiras em benefício das regiões que pudessem ter acesso aos impulsos gerados externamente. No entanto, observava-se um distanciamento nordestino dos benefícios desses impulsos e esse isolamento estava relacionado, também, às condições internas de consumo e produção. Como bem observou Wilson Cano (1977), por mais que inseridas em um mesmo sistema regional/nacional, não havia integração entre as economias regionais que possibilitassem o desencadeamento de uma dinâmica de acumulação, o que agravava sobremaneira os desequilíbrios regionais.

Analisando as relações viventes na economia cafeeira sulista, pode-se concluir que essa se beneficiava de impulsos gerados externamente, como também das condições internas que favoreciam o seu desenvolvimento. O processo de acumulação e circulação é apaniguado com o assalariamento da mão de obra, promovendo assim a integração das economias sulistas.

As migrações já citadas para a região cafeeira aumentaram a demanda local por produtos de consumo básico e o aumento das exportações e importações, ocasionadas pelo crescimento da cafeicultura, levaram a expansão da demanda por bens acessórios relacionados com a produção do café, bem como de outros bens de consumo. Para atender a crescente economia via-se necessário, também, a implantação de obras de infraestrutura e assessoramento. Para Hirschman (1961), essas obras de infraestrutura acarretam ciclos de encorajamento e desenvolvimento de outras atividades.

A cafeicultura impulsionou a economia paulista firmando sua primazia em relação às demais regiões. Com a resolução da escassez da mão de obra, é possível constatar o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista sulista.

No entanto, o mesmo não ocorrendo com as economias nordestinas, levando ao agravamento do seu distanciamento pelas precárias condições salariais e pelas

intempéries externas, o que acarretava, também, o insucesso da economia açucareira.

A queda das exportações do açúcar, por meio da perda de competitividade, e a precipitação da economia algodoeira propiciada pelo aumento da eficiência norte-americana e pelo aperfeiçoamento e expansão do algodão no sul do Brasil, conduzem, assim, a economia nordestina a um processo de estagnação e decadência, não conseguindo redirecionar seu fornecimento ao mercado interno, pelas condições que se apresentavam em relação à débil transição do sistema escravocrata para o assalariado, a perda de mercado, os custos crescentes e a dificuldade de lidar com a mão de obra recém-libertada que consideravam ser de difícil trato.

Sem o processo acumulativo de capital ou interação com as economias sulistas, sendo agravado pela mudança no processo de utilização dos fatores na economia, o Nordeste passa a se distanciar cada vez mais do processo de desenvolvimento econômico daquele momento.

As soluções apresentadas para as desigualdades regionais resumiam-se em planos de ação para industrializar as áreas menos desenvolvidas e promover a substituição das importações num período de promoção de ideias que visavam alcançar o desenvolvimento regional equilibrado.

No entanto, a centralidade do crescimento capitalista no sul do Brasil decreta para as demais regiões o isolamento e estagnação, visto que o processo acumulativo do sistema capitalista causa danos colaterais ao concentrar o excedente das outras regiões, impedindo dessa forma a sua reprodução na região de origem.

Contudo, observa-se que, "[...] sucede de início uma destruição das economias "regionais", mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em escala nacional" (OLIVEIRA, 1981, p. 76). Assim sendo, o crescimento do capital em seu processo acumulativo impõe as disparidades regionais como mecanismo para a concentração.

A propagação capitalista como se deu originou um proletariado de limitadas compreensões visto sua recém "liberdade" e a ascensão de uma classe burguesa

cafeeira que se inseria no meio político fazendo uso do populismo manipuladora para materializar seus interesses respaldados pela força do Estado. Para a região Nordeste, encontram-se ainda mais fragilizadas essas classes, o que limita suas forças. De todo modo, a falta de inter-relações nacionais e pouco estudo das características próprias da região, ou até mesmo do tema, levam ao fracasso as tentativas de levar o desenvolvimento às regiões estagnadas do Brasil.

Furtado (2009) afirma ainda que em regiões extremamente subdesenvolvidas inexistente a acumulação de capital e, portanto, não há possibilidade de posterior inversão. Nessas regiões, quase a totalidade da população permanece fora da economia de troca. Além do mais, essas economias estagnarão caso não haja um plano de restauração de sua capacidade de crescimento econômico e de investimento, sendo necessária a implantação de medidas externas que possibilitem um aumento real na renda e, assim, o início de um processo de desenvolvimento socioeconômico.

Todavia, esse processo é muito mais penoso, pois conflita diretamente com os interesses capitalistas. Há um antagonismo crônico nos interesses monopolistas do polo econômico central em relação aos anseios das regiões estagnadas. O crucial papel do Estado corrompe-se ao comprometer-se com os interesses daqueles que passam a compô-lo desde a formação da nação independente.

Logo, não é possível vislumbrar como necessário ao desenvolvimento nacional a integração das economias regionais, mas, como próprio do sistema, as prioridades são formuladas em favor dos detentores dos meios de produção, gerando, assim, uma injusta divisão do produto e uma centralidade da acumulação regional do capital, que está diretamente ligado ao processo de organização da produção, distribuição e uso da renda.

A economia industrial não está limitada, como a economia comercial, ao processo de inversão resultante do consumo de uma classe, possibilitando o entesouramento ou inversão de recursos em obras improdutivas, pois insere-se aqui o pagamento de todos os envolvidos no processo de produção, incluindo o lucro que vem a cabo com a venda do produto final. Desta forma, um industrial buscará sua

própria ruína ao negar-se reinvestir e vier a entesourar seus lucros sob a forma líquida, bem como gerará o colapso dos outros envolvidos nesse processo. Por isso, nesse sistema é indispensável que se obtenha sempre o crescimento e, neste fato, repousa sua instabilidade. Conclui-se, portanto, que os “problemas de desenvolvimentos têm de ser considerados concomitantemente como problemas de produção e distribuição” (FURTADO, 2009, p. 142). Têm-se, assim, a formação de ciclos durante o processo de crescimento dessa economia com períodos de acumulação de capital e de descapitalização.

Com uma mão de obra ainda debilmente familiarizada com seu papel no sistema acumulativo e centralizador do capital, resta tão somente à classe operária negociar, na medida do que lhe é imposto o “preço” de sua força de trabalho tida como mercadoria.

3 ASPECTOS DA QUESTÃO REGIONAL DO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: TRANSIÇÃO E RUPTURA

A formação da economia cafeeira, aliada a concentração da dinamicidade econômica no Centro-Sul do Brasil, são marcos que representam o fim da predominância do modo de produção inserido nas estruturas herdadas da exploração colonial europeia. A evolução histórica manifestou a passagem do contexto da expansão mercantil baseado em economias exportadoras cujo núcleo de decisões era exógeno, para o surgimento de um sistema econômico autônomo, com o fortalecimento das elites nacionais e aparelhamento do Estado. Elementos que demarcam os limites para a transição à forma “moderna” do capitalismo periférico brasileiro (FURTADO, 1977; GORENDER, 1981).

O fim do império e a proclamação da primeira república do Brasil são sincrônicos com a formação política de novos grupos econômicos. Sob paráfrase de Marx (1998), “todas as classes que no passado conquistaram o poder trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade as suas condições de acumulação” (MARX, 1998, p. 49). Nesse sentido, a primeira república foi o ambiente em que desencadeou no Brasil o “espírito e tom social” da acumulação, transpondo a

superestrutura ideológica anacrônica do império para o domínio da mentalidade de produção e acumulação capitalista (PRADO JÚNIOR, 2012).

As elites dos dois estados mais poderosos, São Paulo e Minas Gerais, ganhavam voz e alçavam a hegemonia conforme se fortalecia o ciclo de acumulação baseado no café paulista e, de modo menos significativo, a agropecuária mineira. Apesar da ascensão desses grupos suas pautas políticas não eram perfeitamente consonantes (OLIVEIRA, 1990).

De um lado havia a burocracia militar do império buscando constituir uma república centralizada com unidade nacional, doutro lado o partido republicano paulista com um projeto de forte descentralização do poder em benefício dos estados. A aliança dessas duas forças constituiu a nova república e, apesar dos militares terem iniciado o novo ciclo de poder em sua imediata instauração, triunfaram os grupos com uma identificação política muito localista, representando a ascensão da nova burguesia cafeeira paulista e seu projeto de Estado e País (OLIVEIRA, 1990).

Perspectivas em torno da produção cafeeira do Sudeste nos dois últimos decênios do século XIX eram de expansão de seu volume, elevação dos preços e aumento de produtividade. Enquanto a oferta internacional diminuía com as pragas que atingiram a produção asiática e das ilhas do oceano Índico, a demanda internacional crescia quanto aos condicionantes internos, a descentralização do poder do império no novo pacto federativo da primeira república regionalizou a gestão da imigração. A solução para a escassez de mão de obra ficou sob a tutela do estado de São Paulo e, por consequência, da burguesia cafeeira (FURTADO, 1977; OLIVEIRA, 1981).

A complexidade estrutural que o café demandava em sua órbita levou a investimentos massivos para a criação de um sistema de transportes para o escoamento da produção, até um sistema bancário local que promovesse o financiamento das plantações. Além disso, se estruturou uma indústria encadeada para frente e para trás, principalmente no setor têxtil e nas máquinas para o processamento de café (ALBUQUERQUE, 1977).

O aumento da elasticidade de oferta no mercado de trabalho, aliado a abundância de terras nos países produtores apontavam para uma trajetória clara de desvalorização do produto a longo prazo. Enquanto o preço do café não baixasse a níveis que desestimulassem novas inversões e, conseqüentemente, a vantagem internacional do Brasil desaparecesse, ocorreria a migração de capitais formados no país para a cultura do café. As condições estruturais supracitadas, sejam de ordem natural as condições de mercado, sejam as de ordem institucional produzidas pelo Estado, concederam ao Brasil o controle de três quartos da oferta internacional do produto (FURTADO, 1977).

Essa situação privilegiada possibilitava que o país tivesse a capacidade de manipular a oferta internacional, protegendo-se contra a tendência estrutural de baixa dos preços através de mecanismos que retraíssem artificialmente a oferta. Os estoques formados poderiam ser mobilizados quando o mercado possibilitasse condições de preço satisfatórias (FURTADO, 1977).

O mecanismo da desvalorização cambial, que vinha sendo utilizado desde a primeira grande baixa dos preços em 1893, não poderia ser reutilizado para sanar os efeitos das novas dificuldades que se instauravam em 1897, devido à alta pressão do preço cambial sobre os preços domésticos. O problema da superprodução nasce nesse contexto, em que o aumento dos estoques provocava perdas permanentes de renda aos produtores (FURTADO, 1977).

A solução para o problema veio a partir de uma política de valorização do café promovida pelos estados produtores, baseada em dois princípios: a compra de excedentes financiadas com empréstimos internacionais, cujo serviço de dívida seria pago utilizando um novo imposto incidente sob cada saca de café exportada e desencorajamento de expansão das plantações com o objetivo de conter o aumento da oferta (FURTADO, 1977).

A primeira política de valorização foi feita a partir do estado de São Paulo, com autonomia de realizar política fiscal, garantida pela descentralização republicana, apelaram para o crédito internacional como fonte fiadora da política. Não demorou até que pressões dos produtores por uma sistematização nacional da defesa dos

preços chegassem ao Estado união, que admitia a importância do complexo cafeeiro para a economia nacional (FURTADO, 1977; GORENDER 1981).

A adoção pelo Estado nacional da responsabilidade de guiar a política de valorização do café consolidou o sucesso do empreendimento cafeeiro, além de seu poder político ao longo do quarto de século seguinte até o final da primeira república. Fazer política econômica se tornava sinônimo de garantir as condições de acumulação dos produtores (ALBUQUERQUE, 1977; FURTADO, 1977).

Com o vigor da política de defesa e garantia da acumulação do café, através da manutenção do patamar elevado de preços, mantinha-se um crescente desequilíbrio entre oferta e demanda. O desestímulo às novas inversões não foi eficiente, pois não havia alternativas de investimento para os produtores. A política assumia então um caráter de retroalimentação contínua dos problemas que gestaram sua criação (FURTADO, 1977).

A exaustão do mecanismo se deu no contexto da crise de 1929. A oferta crescia baseada nos estímulos artificiais em uma velocidade muito superior ao crescimento das exportações, leia-se demanda externa, por mais que a elevação na renda dos países importadores crescesse rapidamente. Os estoques acumulados durante a segunda metade da década de 1920 forçavam para os limites da política que se tornava insustentável (CANO, 1975; FURTADO, 1977).

A eclosão da crise de 1929, além de deprimir a demanda internacional do café em conjunto com todos os primários, inviabilizou a manutenção do financiamento externo da política a partir de empréstimos externos. O balanço da conta de capitais rapidamente se reverteu para um déficit, causado pelo enxugamento da liquidez do capital financeiro internacional, diminuindo drasticamente as reservas (CANO, 1975; FURTADO, 1977).

Um ponto surpreendente da historiografia econômica brasileira se encontra na recuperação do crescimento no pós-crise. Que solução havia para o café frente a todas as dificuldades que se colocavam? Seria natural pensar que a política de sustentação do preço do café seria extinta, que a crise abateria o mercado de exportação afetando o crescimento econômico do país até que a estrutura produtiva

por meio dos mecanismos de mercado se ajustassem a um produto de equilíbrio. No entanto, o sistema de dependência política e econômica em torno do café direcionou a elite, representada no poder do Estado, a um aprofundamento dos mecanismos de defesa que, em primeira análise, pareceu contrariar totalmente a lógica de eficiência produtiva (FURTADO, 1977).

O enxugamento da liquidez internacional levou a uma depreciação na taxa de câmbio no imediato pós 1929, promovendo um espaço para que as colheitas continuassem de forma a continuar promovendo pressões de oferta cujo resultado nos preços a depreciação da moeda não era capaz de compensar. Se fez indispensável o controle dos estoques que já não tinham perspectiva de serem realizados. A retenção foi financiada com uma larga política monetária expansionista; o aumento do crédito disponível não só possibilitou a continuidade da retenção de estoques, mas também agiu positivamente depreciando a taxa de câmbio. Os estoques mobilizados passaram a ser continuamente destruídos para garantir estabilidade de preços ao setor exportador. Caracteriza-se o que ficou conhecida como a política de queima do café (FURTADO, 1977).

A suposta irracionalidade dessa política pode ser contraposta ao ponderar-se sobre a capital importância do setor exportador para a economia nacional, para o complexo econômico que se desenvolvia baseado nas economias externas da cultura cafeeira. A garantia do preço do café por meio dos mecanismos de defesa consistia, conseqüentemente, na garantia do nível de emprego e renda da economia. O processo de alinhamento da política macroeconômica à demanda do setor exportador, contraditoriamente, pode ser entendido como uma blindagem da economia contra sua estrutura dependente que predominava sob o modo de produção no Brasil até então (FURTADO, 1977).

O ambiente macroeconômico, juntamente com a oportunidade fortuita que a crise de 1929 representou, possibilitou uma rápida recuperação da economia brasileira ainda na primeira metade dos anos 1930. As raízes da concentração econômica e hegemonia política em São Paulo, através do café, constituem a

acumulação primitiva da primeira fase de industrialização (ALBUQUERQUE, 1977; FURTADO, 1977).

A produção de bens de consumo não duráveis se fortalece a partir da década de 1930, alicerçadas sob as mesmas políticas de câmbio protecionista e a expansão de crédito que fomentaram o setor exportador. Teve início o processo que Furtado (1977) e Cano (1975) denominam como deslocamento do centro dinâmico, das monoculturas exportadoras em direção a indústria. Uma nova revolução política se dá com a ascensão de Vargas a partir da insatisfação dos militares com o movimento tenentista e o surgimento de novos grupos de pressão, formados por uma burguesia urbana comercial/industrial (OLIVEIRA, 1990).

A questão das desigualdades regionais do Brasil se reformulam e se aprofundam ao longo de todo o período de transição a partir da economia cafeeira. Enquanto o Sudeste crescia e se desenvolvia rapidamente, se firmando como polo industrial moderno do país, o Nordeste emergia em uma involução econômica com áreas estagnadas e em decrescimento. A dessemelhança entre as modernas estruturas edificadas no Centro-Sul e as estruturas arcaicas do Nordeste se tornavam cada vez maiores, marcando profundamente a trajetória histórica dessas regiões. Se por um lado a pujança da dinâmica do café traçou sistematicamente uma trajetória de aprofundamento da complexidade produtiva, no Nordeste seguiu-se um caminho inverso.

A perspectiva regional da economia brasileira no final do século XIX, revela o contraste entre o dinamismo do polo de crescimento que se desenvolvia através do café e os arquipélagos de falidas monoculturas para exportação, no cerne do complexo econômico nordestino, traduzem-se na origem das desigualdades espaciais no desenvolvimento do capitalismo no país (GUIMARÃES NETO, 1997).

Após a abolição do uso de mão de obra escrava não se deu no Nordeste, em consonância ao Centro-Sul do país, um processo de acumulação de capital e expansão dos mercados. A principal causa dessa divergência regional se deu pelo declínio secular do preço e estagnação no volume das exportações nas economias especializadas do Nordeste (GUIMARÃES NETO, 1997).

O sistema de causação depressiva sobre a economia do Nordeste envolveu o desenvolvimento de múltiplos elementos que se relacionavam cumulativamente gerando multiplicadores de auto reforço. A inexistência de um mercado interno impedia a realização da produção de açúcar e do algodão sem a participação da demanda internacional, concentração da propriedade gerada pela estrutura fundiária baseada nos latifúndios e a forma de exploração da força de trabalho escrava impediu um patamar de distribuição de renda capaz de sustentar o desenvolvimento de uma estrutura urbana mais complexa, além de congelar a possibilidade de diversificação das atividades produtivas por falta de uma dinâmica interna e a completa desarticulação do setor de alta produtividade com as atividades de subsistência (GUIMARÃES NETO, 1997).

O processo resultou em uma involução econômica na qual esses setores mais produtivos diminuía relativamente sua atividade enquanto se fortalecia uma economia de subsistência absorvendo a mão de obra antes. Esse movimento caracteriza a problemática base da economia nordestina, à medida que a força de trabalho migrou para atividades primárias de subsistência retrocedeu o estágio da divisão do trabalho e deixou um penoso legado de marcas econômicas e sociais cujos traços ainda perduram (FURTADO, 1977; GUIMARÃES NETO, 1997).

A integração dos mercados regionais se tornou um imperativo aos setores produtores do Nordeste, de forma a valer-se da demanda em formação para realizar seu excedente na alta dinamicidade da economia emergente do complexo cafeeiro no Centro-Sul. Esse movimento representa um marco para a questão regional brasileira. Se rompe o enclave do isolamento relativo e se estabelece um processo de articulação comercial que nutriu as raízes do mercado interno brasileiro (GUIMARÃES NETO, 1997).

Nasce da busca pela complementaridade comercial, frente ao *hegemon* econômico e político de São Paulo, um dilema. Se, por um lado, estava garantida a sobrevivência de alguns produtores nos setores dinâmicos, agora voltados para o mercado interno, por outro lado, o estabelecimento da relação mercantil contribuiu para a perpetuação das relações arcaicas de produção, dos problemas de

concentração fundiária e renda, além do status de exclusão do emprego aos trabalhadores do campo (GUIMARÃES NETO, 1997).

A articulação comercial prosseguiu até o início do século XX, em que o principal produto era o algodão que abastecia o setor têxtil paulista em franca expansão. Com o decorrer das primeiras dificuldades do setor cafeeiro, e a diversificação forçada do portfólio de investimentos, a complementaridade existente entre os produtos nordestinos com os do Centro-Sul passou a dar lugar a uma violenta competição entre seus produtos. Evidentemente, os perdedores do conflito foram os produtores nordestinos. O Nordeste passou a perder espaço dentro do mercado paulista, como também passou a perder participação em seu próprio mercado natural pela entrada de produtos do Centro-Sul, principalmente em relação aos bens de consumo não duráveis (GUIMARÃES NETO, 1997).

Uma importante conclusão que é retirada a partir dessas observações repousa sobre o fato que a consolidação do mercado nacional se deu pela busca da indústria por novos mercados, o legado desse processo foi a eliminação da concorrência que operava nos espaços mais afastados do Centro-Sul, gerando constantes efeitos regressivos para suas economias regionais (GUIMARÃES NETO, 1997).

Com a crise de 1929 e o fim da primeira república, apesar da reforma federativa que restituiu a centralização do poder republicano, não se consolidou uma política solidária em prol da solução das aberrantes e crescentes desigualdades regionais. Valendo-nos novamente a Marx (1998), "a burguesia conquistou para si, desde a criação da grande indústria e do mercado mundial, no moderno Estado representativo, o domínio político exclusivo" (MARX, 1998, p. 9). O governo provisório tratou de imediato buscar estabelecer as condições de acumulação da nova burguesia urbana industrial. De primazia, com a reformulação do pacto fiscal federativo que beneficiou sobremaneira os estados mais ricos, além disso, o investimento em infraestrutura de transportes possibilitou o acesso livre aos mercados intranacionais (GORENDER, 1981)

O problema da concorrência durante o processo de industrialização restringida foi solucionado pelo acesso e entrada dos produtos do Centro-Sul no mercado periférico, destruindo os poucos setores produtivos que se desenvolveram nessas regiões (OLIVEIRA, 1981).

Não é difícil apontar para a conclusão de que a primeira república representou, no arcabouço da questão regional, a reafirmação e aprofundamento das tendências a desigualdade no desenvolvimento do capitalismo na periferia do Brasil. Sob a face da concentração produtiva no Centro-Sul que surge a partir da garantia do sucesso dos seus setores exportadores, garantindo a revolução das forças produtivas, em contraste com os do Nordeste que entravam em falência e espalhavam efeitos regressivos continuamente. A centralização política foi essencial na definição dos termos da oposição entre centro e periferia no Brasil. Conforme foi demonstrado, a hegemonia das elites, as quais dominavam os meios de produção, sobre o Estado definiu os termos da intervenção das políticas econômicas que, por sua vez, solidificaram o status dependente das demais regiões do país em relação a São Paulo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou que as raízes da questão regional brasileira se revelam no período imperial, quando o status oficial de colônia foi superado por um projeto de nação que se instaurava em conjunto com a formação do legítimo Estado nacional. A consolidação do Rio de Janeiro como capital e a passagem do ciclo do ouro para o surgimento do café como locus da produção em São Paulo reafirmam o Centro-Sul como dinamismo da economia do Brasil.

E em volta do café como locus da acumulação de capital se deram as grandes revoluções que marcaram a passagem para as modernas relações capitalistas, com a libertação dos escravos e a constituição de um mercado consumidor urbano. A organização política em torno dos produtores de café constituiu a primeira república, guiou o processo de urbanização e aumentou a

complexidade da economia avançando do setor primário para as atividades industriais mais tradicionais.

A necessidade de formação de um mercado consumidor mais amplo criou o mercado interno brasileiro articulando o Nordeste em uma relação de Centro-Periferia em que se criou um espaço para a realização do valor gerado no Centro-Sul, em detrimento dos produtores nordestinos.

A grande síntese dessas visibilidades históricas é a da construção conjunta dos espaços periféricos na economia nacional e do subdesenvolvimento do país. A questão regional no Brasil não se dissolve, não se resolve, mas se transforma para permanecer a mesma.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. C. de. **Quatro Séculos de História Econômica Brasileira**. São Paulo: McGraw-hill, 1977. 87 p.

BRUM, A. J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 1975. 335 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, UNICAMP, Campinas, 1975.

FURTADO, CELSO. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Editora: Contraponto Ltda. 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 15 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FURTADO, M. B. **Síntese da Economia Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora: 1988. 254 p.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 89 p.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1 abr. 1997.

HIRSCHAM, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Editora: Fundo de Cultura. 1961.

MARX, K. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998. 255 p.



MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Saga. 1968.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 132 p.

OLIVEIRA, L. L. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990. 208 p.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012. 387 p.